

**MEMÓRIA E AUTORIA EM TLAXCALA:
HISTORIOGRAFIA INDÍGENA
NO MÉXICO COLONIAL**

**MEMORY AND AUTHORSHIP IN TLAXCALA:
INDIGENOUS HISTORIOGRAPHY
IN COLONIAL MÉXICO**

Alfredo Cordiviola¹

Resumo: No contexto da república de Tlaxcala sob a dominação espanhola no período colonial, a historiografia estava destinada a enfatizar as singularidades locais, não só para preservar as memórias relevantes, mas também para garantir os privilégios e a relativa autonomia que a província possuía na organização política da Nova Espanha. Revisitar as obras pictográficas e pictóricas, os *anales*, as crônicas, as peças teatrais e outros escritos e representações que conformam essa tradição nos obriga a discutir, e a repensar, a noção de “autor” que se depreende dessas produções. Mesmo quando, em alguns casos, essas obras possam estar atreladas a um nome próprio, colecionador, leitor, copista, continuador, sujeito coletivo, arquivista, compilador, trânsitos entre línguas escritas e oralidades são algumas das atribuições, práticas e características que, de toda forma, devem ser consideradas quando se discute a autoria. Trata-se de atribuições que são certamente diferentes das que se associam à figura do autor nas letras modernas ocidentais. Este trabalho pretende apresentar e discutir essas diferenças, que permitem analisar como se elaboravam os discursos historiográficos a partir de perspectivas e necessidades indígenas, e qual era o estatuto dos escribas, cronistas e pintores encarregados de cumprir essa tarefa. **Palavras-chave:** historiografia; autoria; Tlaxcala.

Abstract: In the context of the republic of Tlaxcala under Spanish domination in the colonial period, historiography was intended to emphasize local singularities, not only to preserve relevant memories, but also to guarantee the privileges and relative autonomy

¹ Departamento de Letras, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): <alfredo.cordiviola@gmail.com>.

that the province had in New Spain's political organization. Revisiting pictographic and pictorial works, *anales*, chronicles, plays and other writings and representations that make up this tradition forces us to discuss, and rethink, the notion of "author" that emerges from these productions. Even when, in some cases, these works may be linked to a proper name, collector, reader, copyist, continuator, collective subject, archivist, compiler, transits between written languages and orality are some of the attributions, practices and characteristics that, in all way, should be considered when discussing authorship. These are attributions that are certainly different from those associated with the figure of the author in modern Western letters. This work intends to present and discuss these differences, which allow to analyse how historiographical discourses were elaborated from indigenous needs and perspectives, and what was the status of scribes, chroniclers and painters in charge of fulfilling this task.

Keywords: Historiography; Authorship; Tlaxcala.

A profusa tradição historiográfica elaborada na província de Tlaxcala ao longo da época colonial oferece as condições para refletir acerca da singular posição que ocupava essa república no tecido social e no marco político que definiam a governança no vice-reino da Nova Espanha. Permite também indagar os modos pelos quais essa tradição foi se consolidando através da imagem, da escrita, da oralidade e da preservação de "antiguidades", o valor que possuía como instrumento fundamental nas sempre delicadas negociações com as esferas de poder imperial e novo-hispano, e as tarefas que cumpriam os "autores" dessas petições, crônicas e representações visuais na recuperação e legitimação dos passados considerados relevantes para a construção da memória tlaxcalteca.

Como veremos a seguir, essa noção de "autor" nunca nesses casos se limita aos usos de um nome próprio, nem a virtudes individuais nem às particularidades estilísticas de um eu que escreve, desenha, narra ou inventa as evoluções desses tempos passados. Trata-se de fato, de uma composição mais complexa, que descoloca, ou torna irrelevantes e impróprias, certas atribuições que costumam orbitar em torno da figura do autor nas letras ocidentais, tais como o valor da assinatura e do direito à propriedade, a capacidade de autorização da palavra ou da imagem mediante a invocação do nome, a originalidade e a diferença como valores que definem e consagram o sujeito, o peso da biografia como prisma interpretativo de uma obra.

Tlaxcala, certamente, não era uma província qualquer no contexto político novo-hispano. Situada no México central, ao longo dos séculos suas terras haviam testemunhado o florescimento e a decadência de numerosas culturas. Olmecas, toltecas, otomies e teochichimecas foram algumas das nações que dominaram essas latitudes. Na época da chegada dos espanhóis

em 1519, os tlaxcaltecas mantinham uma já longa inimizade com os mexicas de Tenochtitlan. Envolvidos em ciclos de guerras constantes, os dois povos alimentavam uma acérrima inimizade que era motivada por fatores econômicos, políticos e rituais. As tropas comandadas por Hernán Cortés sabiam tirar proveito desta situação. Apesar de uma breve resistência inicial, os tlaxcaltecas rapidamente passariam a ser os principais² aliados dos invasores. Entre a imposição e a astúcia, pactuaram com os espanhóis uma aliança que, em princípio, poderia ser vantajosa, já que permitiria livrar-se da dominação dos inimigos mexicas, e recuperar o controle do comércio do sal e do algodão que estes monopolizavam. Assim, acabaram cumprindo um papel fundamental em episódios tão marcantes para o desenvolvimento da guerra de ocupação como o massacre de Cholula, a Noche triste, e o sítio de Tenochtitlan.

Com o triunfo da força militar dos espanhóis e dos seus aliados indígenas, já desde os primórdios da conquista a província começaria a usufruir de um *status* diferenciado nas novas tramas de poder agora definidas pela dominação imperial. Já em 1525 é fundada a cidade novo-hispana de Tlaxcala; ao longo dos 1520 e 1530, a assimilação das agressivas políticas de conversão implementadas pelos franciscanos transformaram a província em berço do catolicismo mexicano. O culto da Virgem de Ocotlán, consagrada depois como padroeira, consolidaria essa devoção católica, exibida como exemplo bem-sucedido de conquista espiritual, a ser imitado em outras latitudes. Esses serviços, e essa firme lealdade à religião e à coroa espanhola, seriam retribuídos mediante a instauração de formas de governo relativamente autônomas, baseadas na parcial manutenção da soberania indígena e nas potestades concedidas aos âmbitos decisórios municipais (GIBSON, 1954).

Assim, o antigo altepetl³ foi dividido, seguindo as tradições pré-hispânicas, em quatro senhorios ou “cabeceiras”, formando uma tetarquia que seria valorizada pelos cronistas como exemplo de bom governo, sustentado pela tradição, pela mesura e pela prudência. Articulados sob o

² “Principales” ou “señores principales” é o modo como eram denominados, na época, os membros das elites governantes indígenas.

³ *Altépetl* ou estado étnico, termo formado por uma dupla metáfora *in atl, in tepetl*, “a(as) água(s), a(s) montanha(s)”, refere-se ao território, mas também a uma organização de pessoas que detêm o domínio desse determinado território. Trata-se de uma entidade considerada soberana ou potencialmente soberana (Ver LOCKHART, 1999).

exercício centralizador do Cabildo⁴ indígena, esses senhorios outorgavam equilíbrio e coesão política, territorial e econômica à sociedade tlaxcatleca. Lembremos que o Cabildo era uma corporação que cumpria um papel fundamental na administração das cidades regidas pelo domínio espanhol. Instituições encarregadas de gerir os assuntos municipais de caráter jurídico, econômico e político, eram também palco para dirimir disputas entre os membros das elites locais. Encarregadas de officiar como entidade representativa da cidade em casos de pleitos e petições que envolvessem esferas superiores nas hierarquias imperiais, eram âmbitos por excelência de deliberações, pactos e conflitos, e ocupavam uma posição restrita, mas decisiva, nos círculos de poder também integrados pelas esferas religiosas, pela figura do vice-rei e por toda a burocracia imperial que operava na metrópole. Construção de edificações, saneamento urbano e obras públicas, organização de festividades e cultos, sancionar normas de convivência, delimitação de usos e restrições relativos ao espaço comum, promulgação de leis e decretos comerciais eram algumas das funções que eram da competência do Cabildo em cada uma das vilas e cidades americanas.

Cumprindo suas prerrogativas desde 1538, o Cabildo de Tlaxcala seria, como os outros que continuariam se multiplicando pelos territórios conquistados, não apenas a representação civil máxima da província diante das outras instâncias do poder novo-hispano, mas também uma espécie de singular foro privilegiado, cuja tarefa primordial consistiria em defender essa relativa independência indígena conquistada a partir de mútuos entendimentos. Enquanto era norma nos cabildos que as autoridades fossem de linhagem criolla ou espanhola, em Tlaxcala os cargos principais eram ocupados por membros da elite indígena e transmitidos em forma hereditária conforme critérios que dependiam de redes familiares e clientelísticas locais, enquanto as outras autoridades eram escolhidas pela comunidade. A instituição devia administrar os assuntos públicos e cumprir a árdua tarefa de evitar ou mitigar os efeitos da intromissão de espanhóis e mestiços nas terras e nas famílias da localidade.

Além de ter um Cabildo plenamente operante, desde o século XVI Tlaxcala mantinha também outros privilégios, como por exemplo possuir um escudo de armas outorgado por Carlos I, ter sido nomeada “Muy Noble y Muy Leal Ciudad” (e posteriormente “Insigne”, denominação que nas Índias só ostentavam as capitais México e Lima), ou o fato de

4 Cabildo era o nome da instituição (como uma Prefeitura), mas também do prédio onde ela funcionava.

alguns dos seus principais possuírem escudos familiares. Enquanto isso, a província garantia sua cooperação militar, com uma ativa participação nas campanhas de “pacificação” e colonização das regiões do norte.

Alguns desses benefícios, contudo, mesmo garantidos nos documentos oficiais, nem sempre eram aplicados e estavam permanentemente sujeitos a negociações e disputas, principalmente os relativos à isenção de tributos e a outras questões patrimoniais. Nesses casos, petições e queixas (nem sempre atendidas ou, na prática, parcialmente habilitadas) foram instrumentos recorrentes, invocados pelas autoridades tlaxcaltecas para perpetuar essa posição preferencial no aparato monárquico. Cursos nas esferas vice-reais, e inclusive através de diversas delegações que se apresentavam perante o próprio rei (CUADRIELLO, 2004), esses requerimentos e pedidos de indulgência eram enunciados por uma voz comunitária, disposta a reclamar pela conservação dos direitos e garantias concedidos. Mesmo diante de alguns retrocessos, como os provocados pela merma da população indígena vitimada pelas epidemias no final do século XVI, ou pela aplicação no século XVIII das reformas bourbônicas, esse estatuto especial, baseado na governança indígena, nos simbolismos e em parciais privilégios, chegaria, de toda forma, a ser preservado ao longo de todo o período colonial.

O reconhecimento dessa preeminência e a contínua manutenção dessa peculiar excepcionalidade foram conseguidos também graças à notória relevância que a província e seus letrados concederam aos usos e potencialidades do discurso histórico. Desde o século XVI, a historiografia foi para os tlaxcaltecas um instrumento de afirmação e uma das formas da arte de demandar. Foi também um método, feito de retórica, convicção e mitos, para conservar no tempo a fama da nação, como se essa fama pudesse ser um escudo protetor que a república poderia utilizar sempre que necessário. Conforme aponta Jaime Cuadriello (2004, p. 65), esse método consistia em:

[...] um domínio político “dos méritos” dos seus fundadores, baseados em uma memória até certo ponto seletiva e parcial. Na construção desse discurso legitimador, os nobres tlaxcaltecas foram consumados estrategistas, sempre muito atentos para superar a contingência de uma reacomodação reformista e de se antepor à adversidade de novas leis.⁵

5 “[...] un manejo político ‘de los méritos’ de sus fundadores, basados en una memoria hasta cierto punto selectiva y parcial. En la construcción de ese discurso legitimador, los nobles tlaxcaltecas fueron consumados estrategas, siempre muy alertas para sortear la contingencia de un reacomodo reformista y de anteponerse a la adversidad de nuevas leyes”.

Como em outras regiões mesoamericanas, na época pré-hispânica os *tlacuilos* locais se encarregavam de registrar as genealogias dos governantes e os eventos relevantes da vida pública. Sob a dominação espanhola, essas práticas seriam continuadas mediante a apropriação dos signos alfabéticos, conforme as referências presentes no chamado “Anónimo Mexicano”, que alude ao relato sobre as origens da nação e foi escrito na década de 1520 por Benito Itzcacmacuextli, um dos primeiros tlaxcaltecas batizados pelos franciscanos. Nas décadas seguintes, as crônicas históricas tenderiam a enfatizar a singularidade da província, destacando especialmente a sua decisiva participação como aliados e protagonistas nas guerras de conquista. Esse era o tema principal da crônica redigida por outro indígena local, Tadeo de Niza, “noble indio tlascalteca. Escribio el año de 1548, por orden del virrey de Megico, la historia de la conquista, que firmaron treinta señores de la misma nación”, segundo informa Francisco Xavier Clavijero (1826, p. XX) na *Historia antigua de México*. Nessa crônica (cujo original, hoje perdido, foi utilizado por Fernando de Alva Ixtlilxóchitl na sua *Historia de la nación chichimeca*), manifesta-se este elemento distintivo, que marcará toda a historiografia local posterior: o patriotismo. Como escreve Charles Gibson,

Desde o início da sua história colonial, os habitantes de Tlaxcala expressavam sem cessar seu patriotismo, seu orgulho, sua confiança no porvir da pátria própria [...]. Parece ser que o patriotismo local constituiu um foco para as energias indígenas na época da conquista (GIBSON, 1954, p. 6).⁶

O patriotismo, a reivindicação da fama, a exaltação de uma espécie de épica da nação e dos seus feitos na instauração de uma nova ordem seria o grande tema que atravessa as magníficas ilustrações do chamado *Lienzo de Tlaxcala*. Elaborado em 1552, foi feito em três versões, a primeira para ser entregue em mãos ao rei espanhol por uma delegação de principais que visitaria a corte, e as outras duas para permanecerem na Cidade do México e em Tlaxcala. O *Lienzo* é formado por uma detalhada sucessão de cenas memoráveis, que mostram harmoniosas relações entre americanos e europeus e a contundente participação dos exércitos locais nas sucessivas invasões empreendidas pelos espanhóis. Exibindo o papel

6 “Desde los comienzos de su historia colonial, los habitantes de Tlaxcala expresaban sin cesar su patriotismo, su orgullo, su confianza en el porvenir de la patria chica [...] Parece ser que el patriotismo local constituyó un foco para las energías indígenas en la época de la conquista.”

central cumprido particularmente na conquista de Tenochtitlan, mas também em Pánuco, em Sinaloa, nas regiões ocidentais e na Guatemala, o documento evidenciava assim a lealdade e o profundo compromisso da nação com a consolidação do projeto expansionista da monarquia cristã (NAVARRETE LINARES, 2019). Não era, então, só um instrumento de rememoração do passado, mas, antes de tudo, um poderoso recurso persuasório, apresentado para fundamentar as petições e mercês que a comissão solicitaria. Além dessa, houve, só durante o século XVI, outras cinco missões constituídas por representantes locais que atravessaram o oceano para requerer favores (geralmente relativos à isenção do pagamento de tributos) ou reparar danos sofridos (DÍAZ SERRANO, 2012). A História, nessas circunstâncias, poderia operar como um fator de convencimento, e a historiografia, com suas evocações retóricas e visuais, como uma ferramenta essencial usada em função das próprias necessidades e interesses da província.

Esse valor dado à consciência histórica permite enfatizar méritos passados e lealdades presentes, e reafirmar os laços que preservam o bem comum, o bom governo e a identidade comunitária. Tais propósitos estão também representados na *Descripción de la ciudad y provincia de Tlaxcala* (1585), de Diego Muñoz Camargo, letrado mestiço que fez também parte de uma das comissões enviadas à Espanha. Como o *Lienzo*, a *Descripción* era também um documento apologético, ideado para leitores da corte. Acompanhada por diversas ilustrações, tratava-se de uma relação geográfica escrita para Felipe II. Contudo, não se limitava a seguir os questionários preestabelecidos que eram de praxe nesse gênero; pelas vastas informações sobre o Anáhuac e o primeiro século da colonização que incluía, podia ser, de fato, considerada como uma crônica.

Episódios históricos e descrições etnográficas se entrelaçam no texto, que é uma espécie de oferenda, de pintura de vivas palavras a ser entregue a esse leitor ideal que era o monarca. Convenientemente, na *Descripción* se omitem as animosidades e batalhas iniciais entre espanhóis e tlaxcaltecas; estes são apresentados como aliados voluntários daqueles. Essa aliança, propiciada pelo “sábio senhor” Mazihcatzin,⁷ seria o resultado de um pacto perene, estabelecido após um colóquio entre Cortés e os senhores

7 Conforme a eulogia que perdurou até a independência, e que seria revertida depois, quando essa figura apareceu como colaboracionista e traidor, em contraposição a Xicotécatl, o guerreiro que lutou contra os espanhóis e que seria reivindicado na historiografia oficial da república como herói da resistência ao invasor.

principais da nação. O colóquio, incluído na obra, é uma reelaboração imaginativa feita pelo autor. No suposto diálogo, a oratória e a persuasão de Cortés permitem chegar a um feliz desenlace, dado pela aceitação da religião verdadeira por parte dos interlocutores do conquistador, e pela conversão e o batismo dos quatro principais, cena fundacional que também era exaltada no *Lienzo*. Sem as ameaças da idolatria, era esse, como diz Cuadriello (2004, p. 72), “em termos jurídicos e simbólicos, o momento da criação de uma nova Lei, tão santa quanto política para esse território coligado”.⁸

Na obra de Muñoz Camargo, Tlaxcala não era uma república conquistada, mas uma república convertida (VELASCO, 2003). Essa mesma era a visão que surgia do *Lienzo* e que também estava representada em forma espetacular nas próprias paredes do *Cabildo*, cujas salas de audiência eram decoradas com um amplo conjunto iconográfico de pinturas murais. Elaborados na década de 1550 e hoje perdidos, os afrescos apresentavam as sequências dessa mesma história edificante que os tlaxcaltecas haviam construído. Peças como esses murais, o *Lienzo* ou mesmo a crônica de Muñoz Camargo são assim obras de dimensão coletiva, eminentemente políticas, feitas para fortalecer os interesses das classes dominantes locais, para referendar o compromisso assumido pelas gerações anteriores em favor do alargamento da Monarquia e para servir como eloquentes panegíricos da pátria e da sua missão histórica como parte do corpo político hispano.

Essas mesmas funções perduram na segunda metade do século XVII na *Historia cronológica de la Noble Ciudad de Tlaxcala*, escrita pelo oficial do Cabildo Juan Buenaventura Zapata y Mendoza. O texto se inscrevia na antiga tradição historiográfica mesoamericana dos *xihpohualli*, posteriormente denominados como *anales*. Essas obras dividiam a matéria narrada conforme a sucessão dos anos; nesse caso, o período compreendido era entre 1310 e 1692. Foi provavelmente iniciada na década de 1660, e, portanto, como acontece em muitos textos desse gênero, nas suas páginas estão registrados episódios remotos, mas também outros contemporâneos, que eram anotados à medida que iam ocorrendo.

Adaptado às novas circunstâncias impostas pela conquista, os anais constituíam um gênero muito apropriado para alabar a história e as tradições locais. Seguindo a ordem rigorosa dos anos conforme o calendário

8 “[...] en términos jurídicos y simbólicos, el momento de la creación de una nueva Ley, tan santa como política para ese territorio coaligado”.

indígena, inscreviam em forma concisa ou mais detalhada os fatos do passado e do presente considerados relevantes no âmbito comunitário. Na maioria anônimos, os anais foram, no entanto, também cultivados por autores notáveis, como Domingo de San Antón Chimalpahin ou Fernando Alvarado Tezozómoc. Como esses cronistas que narravam os passados de outros senhorios e províncias, Zapata era uma figura preeminente, de antiga linhagem indígena e plenamente integrada à ordem espanhola. Eram eles escritores do *altépetl*, o verdadeiro mundo em que transcorriam todas as coisas importantes. O ponto de vista que regia os anais tendia então a ser localista, e não estava livre de certo ufanismo. A voz que ecoava nesses textos era individual, mas também corporativa e corporativista. Eram inspirados, como indica James Lockhart (1999, p. 550), por um “micro-patriotismo intenso”. Não eram documentos oficiais, porque não haviam sido encomendados diretamente pelo poder público (como foi, por exemplo, o *Lienzo de Tlaxcala*), mas sim claramente oficialistas.

Todas essas características estão presentes na obra de Zapata y Mendoza. Escrita em náhuatl, refere com certo detalhe o passado pré-hispânico, algo que havia deixado de ser comum nos anais da época. Incorporando fontes antigas, aponta os governantes pré-cortesianos de Tlaxcala, e as guerras e as migrações daqueles tempos. Do período colonial, que constitui a parte mais extensa da narração, igualmente se registram os nomes das autoridades e seus parentescos, e fatos marcantes de cada ano, sempre referidos com inequívoco orgulho municipal. São elencadas expedições militares, cerimônias religiosas, atos públicos, a construção de igrejas, visitas ilustres, conflitos políticos e econômicos, distúrbios, disputas de terras ou de heranças, epidemias, fenômenos naturais. Não deixa de incluir informações pessoais e familiares suas e dos outros senhores principais. Tendo sido *alcalde*, escrivão e governador, Zapata teve acesso às atas do Cabildo e a outros documentos eclesiásticos e civis da sua época, e anteriores. A história, os cargos e o funcionamento da corporação são cuidadosamente assinalados, como seria previsível da parte de um membro da classe dirigente, experiente na função pública e solidamente vinculado às instâncias locais de poder.

A *História cronológica* apresenta algumas peculiaridades. Uma delas é incluir um texto inicial, intitulado “Origen de la nación tlaxcalteca”, autônomo em relação ao corpo principal da narrativa. Escrito também em náhuatl, era um texto corrido, sem a divisão por anos que guia os anais, sendo mais semelhante, portanto, ao estilo das crônicas espanholas. Como

apontam Luís Reyes Garcia e Andrea Martínez Baracs, pode ter sido baseado em alguma cópia do texto de Benito Itzcacmacuextli, acima mencionado (BUENAVENTURA ZAPATA Y MENDOZA, 1995, p. 31). Outra peculiaridade, ainda mais importante, do texto de Zapata é que não foi escrito unicamente por ele. Não era essa a norma dos anais, que geralmente estavam vinculados a um único responsável. No caso da *Historia cronológica*, há outras mãos que participam da redação, e especialmente uma, que pertencia a Manuel de los Santos y Salazar.

Manuel era de uma geração posterior; seu pai, Dom Bernabé, havia sido, como Zapata y Mendoza, membro do Cabildo. Ambos representavam o mesmo senhorio de Quiahuiztlan. Manuel era, portanto, um *pilli*, membro da nobreza que por vínculo hereditário governava a república de índios de Tlaxcala desde o século XVI. Nessa condição, fez a carreira eclesiástica, formou-se como bacharel e chegou a ser “cura beneficiado” (que recebia uma remuneração) nos últimos anos da sua vida, vindo a falecer em 1715. Indígena por linhagem, sacerdote católico por formação e intelectual por vocação, podia transitar com destreza entre os dois universos linguísticos e culturais que confluíam na província.

Por classe e vínculos familiares, Santos y Salazar possuía então as mesmas prerrogativas que os historiadores mais notórios do passado da república. Aqueles que se dedicavam a esse assunto geralmente iniciavam um novo texto, não continuavam um escrito anterior, que se dava como concluído, ou como definitivamente inconcluso, por determinação ou falecimento do seu escriba. Não foi o que aconteceu nesse caso. Santos y Salazar deve ter ficado com o manuscrito a partir de 1688, ano da provável morte de Zapata. Foi primeiro um leitor, depois um revisor e finalmente um colaborador da *Historia cronológica*. Foi assim aumentando o corpo principal do texto com diversas referências em náhuatl, anotou as margens com glosas pontuais, redigidas em náhuatl e espanhol, além de incluir datas do calendário indígena. Tornou mais precisas ou corrigiu informações, e acrescentou dados novos, entre eles alguns registros autobiográficos, relatos de episódios particulares e considerações acerca da vida política local. Por outra parte, deu o título ao breve texto que inicia o manuscrito, o já mencionado “Origen de la nación tlaxcalteca”, e decorou o manuscrito com uma portada colorida, em cuja parte superior aparece o nome de “D. Juan Buenaventura Çapata y Mendoza, cazique y natural de dicha Çiudad, de la cabezera de Quiahuiztlan”, e na inferior se

lê “El Bachiller Manuel de los Santos y Salazar [...] que la prosigue desde el Año de 1689” (Zapata y Mendoza, 1995, p. 21).

A portada poderia induzir a engano, se fosse lida como indicação de alguma espécie de coautoria, mas na verdade estava descrevendo em forma fidedigna o que tinha acontecido com o manuscrito. Logo abaixo do título, o nome de Zapata aparecia em letras de maior tamanho, precedidas por um “por” que afirmava inequivocamente tratar-se do autor. Santos y Salazar reservou para si, em caligrafia menor, um papel mais modesto, como *continuidor* de uma obra que ficara inconclusa. A última anotação feita por ele corresponde a 1703. Não se sabe se o manuscrito permaneceu na sua posse nos anos seguintes, até 1715, quando veio a falecer.

As funções que Santos y Salazar empreendeu como cronista e continuador da obra de Zapata são significativas, mas dependeram antes de tudo da sua tarefa como leitor. Enquanto continuador da obra, outorgou dignidade ao presente, inscreveu fatos dentro da categoria do memorável, tal como havia feito Zapata quando, a partir dos 1660, começara a se ocupar dos eventos contemporâneos. Como cronista, Santos y Salazar teve que lidar com o real, com o mundo dos acontecimentos, estando, portanto, sujeito aos critérios da verossimilhança e da veracidade. Enquanto leitor, entretanto, estava obrigado a exercer um distanciamento, a ver o texto do seu antecessor como uma fonte, a ser cotejada com outras fontes que referiam esses mesmos passados. Como continuador, dependia das evoluções do mundo; como leitor, dependia do seu domínio da bibliografia disponível. Como continuador, seu campo de trabalho era o corpo do texto, com suas incompletudes e seus espaços em branco; como leitor, sua área de manobras estava nas margens, inscrita nas glosas.

Tratava-se de um leitor que revisa, evoca e compara. Um leitor que primeiro levanta a cabeça (no gesto consagrado por Barthes), quando rabisca o manuscrito com suas notas, quando assinala, como breves recordatórios, trechos que haviam captado sua atenção. Um leitor que acrescenta alguma nota complementar. E que depois compara, inserindo o manuscrito na constelação formada por outras grafias. Essa tarefa comparativa não fazia parte da tradição dos anais, que não costumavam citar ou refutar outras fontes, nem dialogar com textos compostos fora da esfera indígena. Santos y Salazar, pelo contrário, comparou a versão de Zapata unicamente com cronistas autorizados que escreviam em castelhano, fossem eles *criollos*, mestiços ou espanhóis, como Carlos

Sigüenza y Góngora, Muñoz Camargo, Juan de Torquemada ou Jerónimo Mendieta.

Operações de leitura como essas devem ter preparado o caminho para que o leitor e revisor se transformasse em cronista e decidisse escrever uma obra independente. Surgiu dessa maneira o chamado *Cómputo chronológico de los indios mexicanos*, escrito ao redor de 1711.⁹ A obra pode ser vista como o esboço preliminar de uma crônica histórica. Redigida em espanhol, está formada na sua maior parte por parágrafos contínuos, sem apresentar as divisões por datas que caracterizavam os anais. É um texto breve, que poderia estar situado entre um fichamento de leituras e um esboço inicial de uma crônica a ser desenvolvida futuramente. Na dedicatória ao arcanjo São Miguel com que se inicia o manuscrito, Santos y Salazar se situa plenamente na tradição ufanista da historiografia local. Define sua obra como “èstos borriones que me incita á sacar á publico la genial inclinación de mi Patrio Suelo, por publicar lo bueno que ha producido, y produce su clima, si bien estimulado del amor, movido mas de las virtudes de Nobleza, valor y lealtad” (SANTOS Y SALAZAR, 1856, p. 226). A lealdade à pátria, e o elogio das suas qualidades, parecem ser os motivos que o impeliram a escrever. Porém, basta ingressar no corpo da narração para perceber que o escopo não se restringe somente às vicissitudes da província.

Toda a primeira parte foi dedicada a indagar acerca da origem das nações e das gentes que povoaram a Nova Espanha. Como um aluno aplicado, foi colhendo as diversas opiniões que encontrou nos livros. Antes do Dilúvio, os primeiros habitantes teriam sido os Gigantes, pois “asi lo dice el Padre Torquemada en su Monarquia Yndiana. Lib 1, cap. 14” (SANTOS Y SALAZAR, 1856, p. 227). Depois do Dilúvio, são doze as teorias possíveis, extraídas escrupulosamente da obra de Gregorio Garcia, “en el Libro que imprimió en Valencia año de mil seiscientos seis, intitulado: Origen de los Yndios del Nuevo Mundo” (SANTOS Y SALAZAR, 1856, p. 227). A seguir, ele resumiu cada uma dessas doze hipóteses, atreladas sempre a seu correspondente postulador. O Padre Acosta, Alejo de Venegas, Arias Montano, Fernández de Oviedo, Sêneca, o padre Calancha e Agustín de Vetancurt são, entre outros, elencados junto com as diversas conjecturas que explicavam a origem dos americanos como descendentes dos fenícios, ou dos gregos, ou dos chineses, ou dos romanos, ou de uma

9 O manuscrito constava na coleção reunida por Lorenzo Boturini (1746, p. 62), com um título diferente: *Computo chronologico de las dos naciones mexicana, y tlaxcalteca*.

das dez tribos de Israel, ou de Ophir, ou da ilha Atlântida, ou de todos esses lugares.

O bacharel Santos y Salazar observava, assim, as faíscas de um debate que remetia ao século XVI, mas que tinha sido reacendido na segunda metade do XVII, a partir da publicação da obra de Gregorio Garcia. Essas teorias deviam ser do conhecimento dos leitores cultos, mas chama a atenção aqui o desvelo que o cronista demonstra por citar bem, por indicar autores e títulos, e, às vezes, o capítulo ou a página. Há nesses cuidados uma intenção que excede o propósito de exaltar a pátria e revela o afã de um estudioso, que anotava referências, sugeria ao leitor consultar alguma fonte, citava sentenças em latim e emitia suas próprias opiniões. Um estudioso que se interessava pelo mundo e, fundamentalmente, interessava-se pelos livros.

Na segunda parte da obra, Santos y Salazar refere a genealogia dos indígenas americanos. Evoca os toltecas, os chichimecas, seus reinos, migrações e sucessivos governantes. Continua com as viagens de Xolotl e a vinda “del numeroso Pueblo de los Aztecas”, que, após ouvir o canto feliz de um pássaro, soube que deveria empreender a peregrinação final até o Anáhuac, onde sedimentariam sua grandeza e seriam chamados de mexicanos. Como na seção anterior, o texto é aqui compacto e resume grandes eras em poucas linhas. O autor deve ter consultado fontes indígenas, mas não as menciona; só aparecem os nomes já citados de Vetancurt e Torquemada.

Na continuação, na terceira e última parte, os parágrafos cedem seu lugar a uma lista com a enumeração dos anos do calendário gregoriano e seus equivalentes na cronologia indígena. A listagem se inicia em 1186 (Acatl 2) e conclui em 1711 (Acatl 11). Apenas em algumas dessas entradas se consignam episódios, correspondentemente situados em coluna adjunta e que em geral se referem à história tlaxcalteca. Por exemplo, “Llegan a chicomoztoc y quedan solos los Mexicanos, y Tlatilulcas: se apartan las demás Naciones” (MARTÍNEZ, 2017, p. 190) ao lado de 1198/Tochtli 5; “Llegan a Atotonilco” (p. 190) em 1240/Tecpatl 8; “Tlaxcaltecos llegan al lugar donde hoi esta su ciudad y Provincia guiados de su Monarca Colhuacatecluitli” (p. 191), em 1331/Acatl 8. A última dessas brevíssimas anotações corresponde ao ano 1503/Acatl 11: “Xocoyotzin 9º Rey Mexicano se coronó a 15 de Sep[tiembre]re huvo de vacante 7 d[ia]s 6º Emperad[o]r” (MARTÍNEZ, 2017, p. 191). A partir desse ponto, e até 1711, não há nenhum evento destacado. E assim termina o “cómputo chronologico”, sucessão

temporal apenas ligeiramente esboçada no manuscrito e que, como nos anais, poderia ter servido de base para uma nova narração da história.

Santos y Salazar estava também associado a outros dois documentos: uma “Rueda cronológica” copiada de fontes antigas, que seria incluída depois na *Historia antigua de México* de Mariano Fernández de Echeverría y Veytia, e uma peça teatral, datada em 1714 e intitulada *Invencción de la Santa Cruz por Santa Elena*. Esta seria a primeira obra de teatro em náhuatl a ser publicada, em edição bilíngue que esteve a cargo de Francisco del Paso y Troncoso em 1890.¹⁰ Embora José Mariano Beristáin (1816-1821, v. 3, p. 102), na breve notícia que dá na sua *Biblioteca Hispano-americana Septentrional*, atribua a autoria da obra a Salazar, e Fernando Horcasitas (2004, p. 630) afirme que, se ele não foi o autor, fez uma intervenção tão radical no texto precedente que poderia ser de todo modo assim considerado, Angel Garibay e outros especialistas apontam que, no próprio manuscrito, Salazar indica que “ordenou” ou “estabeleceu” a obra, aludindo assim, de fato, à existência de uma peça anterior, que teria sido somente editada ou adaptada na data assinalada.

Todavia, mais importante do que definir essa controvérsia acerca da autoria, seria reparar na função cumprida pelo bacharel como colecionador de documentos antigos e livros relativos aos passados americanos. Essa é a tarefa matriz da qual procedem seus escritos e que alavanca seus labores como glosador, intérprete e testemunha. Lockhart (1999, p. 557) informa que Santos y Salazar “coleccionou anais tlaxcaltecas quase com o mesmo espírito antiquário, parece, dos historiadores espanhóis como Sigüenza y Góngora ou Clavijero”.¹¹ Essa bibliofilia, e esse culto da leitura e da investigação, permitem notar que em Santos y Salazar, além da inequívoca intenção patriótica (que, como vimos, estava bem explicitada na dedicatória do *Cómputo chronologico*), há também outros interesses, além de uma curiosidade intelectual que não se restringe aos assuntos da província. Nesse sentido, não seria apenas um continuador da tradição historiográfica tlaxcalteca, mas também um predecessor de um outro tipo de letrado indígena. Um letrado que, plenamente competente no uso de ambas as línguas dominantes, haveria de se posicionar de outra

¹⁰ A tradução livre de *Invencción de la Santa Cruz por Santa Elena* feita por Francisco del Paso y Troncoso em 1890 foi publicada pela Imprenta del Museo Nacional.

¹¹ “[...] coleccionó anales tlaxcaltecas casi con el mismo espíritu anticuario, parece, que lo hicieron los historiadores españoles como Sigüenza y Góngora o Clavijero” (LOCKHART, 1999, p. 557).

forma sobre as cisões e entrecruzamentos que configuravam os mundos culturais ameríndios e espanhóis. Segundo Lockhart (1999, p. 557):

Como sacerdote e como intelectual naua-espanhol, Santos y Salazar é um dos primeiros precursores do que se haveria de transformar em um importante movimento, a mudança de uma parte da hierarquia superior naua para atuar dentro do contexto e [d]a tradição espanhóis, levando consigo muit[o] da cultura e o sentimento indígenas.¹²

Para esses intelectuais vindouros que Salazar prefigura, tão importante quanto escrever a história era conservar suas relíquias e estudar seus documentos, como condição primordial para reivindicar o lugar das “antiguidades” nos contextos novo-hispano e mexicano dos séculos XVIII e XIX. Essa prefiguração não implica que a intenção de enfatizar a singularidade tlaxcalteca tendesse a desaparecer ao longo do Setecentos. A exaltação do orgulho local continuaria sendo uma marca distintiva da província, evidenciada até o fim da época colonial tanto por textos históricos quanto pelas pinturas que decoravam as igrejas explicitando as evoluções da veneração nativa. No entanto, poderíamos dizer que a utilização da historiografia como instrumento decisivo a ser invocado nas disputas com o poder espanhol tenderia, de fato, a esmaecer progressivamente. A História continuava servindo para louvar as glórias da república convertida e conquistadora. No entanto, no período colonial tardio, diante de uma ordem que chegava ao ocaso, a nobreza local teria cada vez menos chances de impetrar favores e de renovar os benéficos pactos com a coroa, os quais permaneciam vigentes desde os tempos da conquista.

Na atenção dispensada ao *Lienzo de Tlaxcala* temos um bom exemplo desse apreço, já presente em Salazar, pela conservação das fontes do passado. No último quarto do século, a obra corria o risco de desaparecer para sempre. Como foi dito, em 1552, tinham sido elaborados três originais do *Lienzo*: os dois primeiros (um enviado à Espanha, o outro à cidade do México) já estavam desaparecidos, e o terceiro, único disponível, ainda estava guardado no *Ayuntamiento*, mas se encontrava muito deteriorado. Considerando o estado do documento, em 1773 foi

¹² “Como sacerdote y como intelectual náhuatl-español, Santos y Salazar es un precursor extremadamente temprano de lo que se habría de convertir en un importante movimiento, el cambio de una parte de la jerarquía superior nahua para actuar dentro del contexto y la tradición españoles, llevando consigo mucha de la cultura y el sentimiento indígenas” (LOCKHART, 1999, p. 557).

oficialmente encomendada ao pintor *poblano* José Manuel Yllanes del Huerto a realização de uma cópia de todas as lâminas. Feita em tela de algodão, essa cópia substituiria as dilapidadas pinturas de 1552 (que também se perderam) e iria se transformar assim em um novo “original”, o único ainda existente, do qual derivaria todo o conhecimento posterior sobre a obra.

Como pintor, Yllanes esteve também envolvido em outra importante reivindicação das memórias locais. Consistia na elaboração de uma série de telas que decorariam o interior da igreja de San Simón Yehualtepec, encomendadas pelo padre Ignacio Faustinos Mazihcatzin. O destino das telas é desconhecido, mas perdura um documento, escrito em 1789, em que Dom Ignacio explicava o projeto e solicitava a autorização dos superiores para a concretização da obra. O documento, estudado minuciosamente por Jaime Cuadriello, era ilustrado por quatro pequenas aquarelas, feitas por Yllanes, esboços das pinturas que se pretendia realizar. As aquarelas retratavam: duas aparições (da Virgem de Ocotlán ao indígena Juan Diego, a primeira; do arcanjo São Miguel ao indígena Diego Lázaro, a segunda); a pregação de Santo Tomás em Tlaxcala, o apóstolo que pronunciara lendárias verdades em todo o continente; e, por último, a trágica história dos “niños mártires”, as três crianças que, nos primeiros tempos da evangelização, haviam sido assassinadas por ter se convertido ao cristianismo. Essas aparições, a passagem do santo e os martírios constituíam, na esfera religiosa, as quatro cenas fundacionais da diferença tlaxcalteca. Vistas em conjunto, formavam um grande programa evocativo que, mais uma vez, postulava, mediante a rememoração de tão prezados episódios, os traços únicos e particulares que estavam inscritos na história da república.

Alguns anos antes, em 1779, o irmão de Dom Ignacio, Nicolás José Faustinos Mazihcatzin, havia complementado o trabalho de resgate do *Lienzo* cumprido por Yllanes. Os Mazihcatzin faziam parte de uma família ilustre, descendente dos senhores de Ocotelulco. Nicolás ocupou diversos cargos no Cabildo e era formado em jurisprudência pela universidade. Antiquário e cronista, como havia sido Santos y Salazar, era depositário de documentos dos tempos passados e de vastas tradições orais. Munido desses conhecimentos, escrevera um detalhado estudo em que comentava cada uma das lâminas do *Lienzo* e relembra os motivos e o contexto em que a obra tinha sido criada. Esse trabalho havia sido encomendado por Diego García Panes, oficial de artilharia que estava preparando seu

Theatro de la Nueva España en su gentilidad y conquista, obra que nunca conseguiria completar.

O trabalho de Dom Nicolás, intitulado *Descripción del mapa historiografo que se guarda en el arca de privilegios del mui ilustre ayuntamiento*, foi publicado em 1927 (CUADRIELLO, 2004, p. 131). Não era simplesmente uma obra por encargo, mas o resultado da prática intelectual de um letrado que estava escrevendo uma história (ainda inédita) da província. Um letrado que tinha vínculos com outros estudiosos, como Diego García Panes ou Antonio León y Gama, e que guardava e estudava manuscritos. Um cronista, enfim, que conhecia as pautas historiográficas da época e que lamentava a perda ou o extravio de tantos papéis valiosos para seu ofício. No Setecentos tardio, Dom Nicolás Mazihcatzin encarnava plenamente um tipo de intelectual, colecionador e erudito, membro da hierarquia local e douto nos domínios da organização política dual instaurada desde a conquista. Esse tipo de intelectual criado na tradição indígena, mas plenamente incorporado ao campo cultural espanhol, que Santos y Salazar havia prefigurado no início do século.

Como Muñoz Camargo e os anônimos pintores do *Lienzo*, como Zapata y Mendoza e os Mazihcatzin, Manuel de los Santos y Salazar soube que escrever a história da república era escrever *para* a república, para garantir o notório lugar que ocupava no universo novo-hispano. Famosos de província e ilustres por origem, os patrícios indígenas contribuíram, assim, para solidificar a fama de Tlaxcala, reinventando um mito que os precedia, e que era muito maior e mais perdurável que qualquer nome próprio e qualquer destino individual.

REFERÊNCIAS

BERISTÁIN DE SOUZA, José Mariano. *Biblioteca Hispano-Americana Septentrional o catálogo y noticia de los literatos que ó nacidos ó educados ó florecientes en la América septentrional española, han dado a luz algún escrito ó lo han dejado preparado para la prensa*. México: Oficina de D. Alexandro Valdés, 1816-1821. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.cmd?id=707>>. Acesso em: 12 out. 2022.

BOTURINI, Lorenzo. *Catalogo del Museo Historico Indiano del Cavallero Lorenzo Boturini Benaduci, señor de la Torre y de Hono: quien llegó a la Nueva España por Febrero del año 1736 ...* Madrid, s. n., 1746.

- BUENAVENTURA ZAPATA Y MENDOZA, Juan. *Historia cronológica de la Noble Ciudad de Tlaxcala*. Transcripción paleográfica, traducción, presentación y notas de Luis Reyes García y Andrea Martínez Baracs. Tlaxcala: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 1995.
- CUADRIELLO, Jaime. *Las glorias de la república de Tlaxcala, o la conciencia como imagen sublime*. México: Instituto de Investigaciones Estéticas, Unam/ Museo Nacional de Arte, INBA (Instituto Nacional de Bellas Artes), 2004.
- DÍAZ SERRANO, Ana. La República de Tlaxcala ante el rey de España durante el siglo XVI. *Historia Mexicana*, v. LXI, n. 3, 2012, pp. 1.049-1.107.
- GIBSON, Charles. Significación de la historia tlaxcalteca en el siglo XVI. *Historia mexicana. El Colegio de México*, v. 3, n. 4, abr./jun. 1954, pp. 592-599.
- LOCKHART, James. *Los nahuas después de la Conquista. Historia social y cultural de la población indígena del México central, siglos XVI-XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- MARTÍNEZ, Raúl Macuil. Cómputo cronológico de los indios mexicanos. In: *Los tlamatque, guardianes del patrimonio. Dinámicas interculturales en la Sociedad Naua (México)*. Leiden: Leiden University Press, 2017, pp. 185-194.
- NAVARRETE LINARES, Federico. Las historias tlaxcaltecas de la conquista y la construcción de una memoria cultural. *Iberoamericana*, v. XIX, n. 71, 2019, pp. 35-50.
- SANTOS Y SALAZAR, Manuel de los. *Computo cronologico de los indios mexicanos*. In: *Documentos para la historia de México*. Tercera serie. Tomo primero. México: Imprenta de Vicente García Torres, 1856, pp. 226-243.
- VELASCO, Salvador. El “Coloquio de Tlaxcala” de Diego Muñoz Camargo. *Estudios de Cultura Náhuatl*, n. 34, 2003, pp. 307-329.
- ZAPATA Y MENDOZA, Juan Buenaventura. *Historia cronológica de la Noble Ciudad de Tlaxcala*. Transcripción paleográfica, traducción, presentación y notas Luis Reyes García y Andrea Martínez Baracs. Tlaxcala: Universidad Autónoma de Tlaxcala, 1995.

Recibido: 28/11/2022

Aceito: 31/3/2023

Publicado: 05/07/2023